

A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL¹

TEACHERS' PERSPECTIVES ON THE INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISM IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Érica Aparecida Gomes de Queirozⁱ

RESUMO: O artigo aborda como ocorre a inclusão de crianças com autismo na educação infantil. Tem como objetivo compreender e analisar como o professor desenvolve a inclusão de crianças com autismo em sala de aula comum. Fundamenta-se teoricamente em Eugênio Cunha e Maria Teresa E. Mantoan. Como metodologia, foi utilizada a abordagem qualitativa, com estudo de caso, mediante entrevista com docentes de uma escola de educação infantil em Sinop-MT, em 2024. Os resultados evidenciam que, embora a inclusão seja prevista legal e pedagogicamente, sua efetivação ainda enfrenta entraves, a inclusão, portanto, não pode ser tratada como a mera adequação da criança ao sistema, mas exige a reformulação das práticas escolares, valorizando a singularidade do autista e promovendo um ambiente verdadeiramente equitativo.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Educação Infantil. Perspectiva dos professores.

ABSTRACT²: This article looks at how the inclusion of children with autism takes place in early childhood education. It aims to understand and analyze

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “NARRATIVAS SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL”, sob a orientação da Profa. Dra. Chiara Maria Seidel Luciano Dias e coorientadora Profa. Dra. Patrícia Alzira Proscêncio - Curso de Pedagogia, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Sinop, 2024/2.

² Resumo traduzido por Profa. Ma. Priscila Ferreira de Alécio, graduada em Letras, Língua Portuguesa e Língua Inglesa (UNEMAT, Sinop). Mestra em Letras (PPGLetras – UNEMAT).

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4180046703299436>

E-mail: priscila.alecio@sou.ufmt.br

how teachers develop the inclusion of children with autism in the ordinary classroom. It is theoretically based on Eugênio Cunha and Maria Teresa E. Mantoan. The methodology used was a qualitative approach, with a case study, through interviews with teachers at an early childhood education school in Sinop-MT, in 2024. The results show that, although inclusion is provided for legally and pedagogically, its implementation still faces obstacles. Inclusion, therefore, cannot be treated as a mere adaptation of the child to the system, but requires the reformulation of school practices, valuing the uniqueness of autism and promoting a truly equitable environment.

Keywords: Autism. Inclusion. Early childhood education. Teachers' perspective.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e resulta em comportamentos restritivos e repetitivos, manifestando-se desde os primeiros anos de vida (*American Psychiatric Association, 2013*). Embora haja uma crescente conscientização sobre a inclusão de crianças com TEA nas escolas e um amparo legal para atendimento especializado, os professores ainda enfrentam muitos desafios para promover a inclusão efetiva desses alunos em sala de aula.

Neste sentido, o interesse por essa temática deu-se pela necessidade de compreender como o professor desenvolve a inclusão de crianças com autismo no ambiente escolar que a prática pedagógica inclusiva exige estratégias adequadas e uma formação docente que forneça subsídios para lidar com as especificidades do TEA.

Neste artigo buscamos entender de que forma ocorre a inclusão de crianças com TEA no cenário educacional e quais as estratégias são utilizadas pelos professores.

A pesquisa foi conduzida com abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com três professoras. O estudo ocorreu em uma Escola de Educação Infantil da rede pública localizado no Jardim Jacarandás, em Sinop/MT no ano de 2024.

2 O PAPEL DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Silva *et al.* (2012) oferecem uma perspectiva rica em detalhes acerca de o que é ser uma criança com TEA (transtorno do espectro autista) e suas especificidades. Segundo as autoras, o TEA é “um transtorno global do desenvolvimento infantil que se manifesta antes dos 3 anos de idade e se prolonga por toda a vida”. Para elas, o TEA é caracterizado por “um conjunto de sintomas que afeta as áreas da

socialização, comunicação e do comportamento”, salientando que dentre essas áreas, geralmente a mais comprometida é a interação social (Silva *et al.* 2012, p. 6).

De acordo com Khoury *et al.* (2014) o autismo pode ser apresentado de diversas maneiras, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que uma em cada 160 crianças tem diagnóstico de TEA, podendo variar o comportamento de indivíduo para indivíduo.

Diante do exposto, ao transpor a discussão para o contexto educacional, o educador deve ter o entendimento de que o papel que ele desempenha é de suma importância no processo de inclusão de uma criança com autismo. Quando a criança entra na escola, os docentes são invadidos por um sentimento de insegurança, que pode ocorrer pelo despreparo ou o medo de lidar com uma demanda diferente do habitual. Apesar disso, como ponto primordial, é preciso refletir que o discente precisa ser incluído e não integrado ao sistema escolar. Isto posto,

A integração escolar pode ser entendida como justaposição do ensino especial ou regular, ocasionando um inchaço dessa modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas comuns. Quanto à inclusão, questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da educação comum como também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular (Mantoan, 2015, p. 27-28).

A autora ressalta que a inclusão rompe com o modelo integrador ao exigir a participação plena de todos os alunos, sem condições ou segregações. Nesse sentido, o docente proficiente pode abrir um grande leque de oportunidades para cada criança individualmente, pois ele está ciente de que a escola deve adaptar-se as crianças e não o contrário.

O professor tem um papel crucial na efetivação do processo de inclusão, pois é sua responsabilidade criar possibilidades de desenvolvimento para todas as crianças, adaptando sua metodologia às necessidades diversas de cada um. Por isso, é fundamental que o professor esteja continuamente atualizado. Nesse sentido, Andrade (2024, p. 1037) pontua que “[...] ao falar sobre o tema do processo de ensino-aprendizagem de criança com autismo na educação infantil, são inúmeras as condições existentes nesse processo: a dificuldade de interação, desvios qualitativos na linguagem, padrões repetitivos e cognição”.

Vale ressaltar que o educador deve desenvolver metodologias de aprendizagem para que a criança consiga se comunicar e se desenvolver. O conteúdo envolvendo o planejamento dessas metodologias deve levar em consideração seu desenvolvimento e o seu potencial, de acordo com a sua idade e seus interesses. A inclusão da criança com autismo precisa estar além da sua presença em sala de aula, deve almejar sua aprendizagem, o desenvolvimento das suas habilidades e potencialidades, superando as dificuldades. Para Bosa (2002, p. 13):

Compreender o autismo é abrir caminhos para o entendimento do nosso desenvolvimento. Estudar autismo é ter nas mãos um “laboratório natural” de onde se vislumbra o impacto da privação das relações recíprocas desde cedo na vida. Conviver com o autismo é abdicar de uma só forma de ver o mundo - aquela que nos foi oportunizada desde a infância. É pensar de formas múltiplas e alternativas sem, contudo, perder o compromisso com a ciência (e a consciência!) – com a ética. É percorrer caminhos nem sempre equipados com um mapa nas mãos, é falar e ouvir uma linguagem, é criar oportunidades de troca e espaço para o nosso saber e ignorância [...] (Bosa, 2002, p. 13).

A reflexão de Bosa (2002) destaca que compreender o autismo exige uma abertura ao diferente e um olhar ético sobre o desenvolvimento humano. Lidar com o autismo é também questionar formas únicas de perceber o mundo, valorizando múltiplas maneiras de aprender, comunicar e se relacionar. A educação é uma das maiores ferramentas para o desenvolvimento de uma criança autista, pois é através dessa educação que a criança pode aprender conteúdos escolares, quanto as atividades corriqueiras do cotidiano.

2.1 Abordagens de inclusão na educação infantil

A escola, enquanto espaço formativo, e os profissionais que nela atuam, têm a responsabilidade ética de garantir condições igualitárias às crianças com deficiência. Isso implica adequar práticas pedagógicas, recursos e estruturas, de modo a enfrentar a lógica excludente ainda presente no cotidiano escolar. Trata-se de um compromisso com a equidade, que visa à construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde a diferença seja reconhecida e valorizada como elemento essencial do processo educativo. Como destaca Lopes (2025), “a inclusão escolar transforma o sistema educacional para atender às necessidades de todos os alunos, valorizando a diversidade e a equidade”, evidenciando a necessidade de um reposicionamento da escola frente à diversidade humana como princípio fundamental de uma educação democrática e acessível a todos.

Partindo dessa premissa, em sala de aula os professores devem utilizar materiais mais concretos e visuais atendendo às dificuldades dos autistas com abstrações, as aulas precisam ter dinâmicas para promover a interação com os pares, levando em consideração que o relacionamento interpessoal é a base para a inclusão no campo social. Uma vez que,

As ações que apresentam sucessos em sistemas inclusivos mostram que é imprescindível alterações em suas práticas passando desde diminuição do número de alunos por classe, aprendizado cooperativo, elaboração de projeto pedagógico, plano individual de ensino, melhoria da formação profissional, valorização do magistério, apoios centrados na classe comum e não via suplementação, com uma pedagogia centrada na criança baseada em suas habilidades e não em suas deficiências, e que incorpore conceitos como interdisciplinaridade, individualização, colaboração e conscientização/ sensibilização (Capellini, 2001, p. 155).

Nesse sentido, promover a inclusão ultrapassa a simples presença física do aluno na sala de aula regular, demandando práticas pedagógicas que reconheçam suas habilidades, adaptem o ensino às suas necessidades e estimulem a colaboração entre os profissionais da educação, em busca de uma aprendizagem significativa. A partir de um olhar reflexivo sobre as potencialidades da criança, torna-se possível direcionar o ensino para suas aptidões, favorecendo seu desenvolvimento global. Além disso, o convívio com colegas da mesma faixa etária contribui para o fortalecimento das interações sociais, prevenindo o isolamento e promovendo o crescimento mútuo entre todos os envolvidos no processo educativo.

Cabe ressaltar que, de acordo com Pereira (2023, p. 1),

A rotina e a previsibilidade desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e aprendizagem de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ter um ambiente seguro e previsível pode ajudá-los a se sentirem mais seguros e confortáveis, permitindo que eles se concentrem em aprender e se desenvolvam. Além disso, a rotina pode fornecer um senso de estabilidade e consistência, o que pode ser particularmente importante para crianças e adolescentes com TEA, que podem ter dificuldades em lidar com mudanças ou imprevisibilidade. Nessa perspectiva, é importante entender como a rotina pode ser usada de forma eficaz para apoiar a aprendizagem e o desenvolvimento desses estudantes.

Desta forma, a autora sinaliza a importância da rotina por constituir um elemento fundamental no trabalho pedagógico com crianças autistas, uma vez que sua interrupção pode desencadear comportamentos agitados e dificultar o retorno ao estado anterior de equilíbrio. A manutenção de uma rotina estruturada possibilita que essas crianças se organizem espacial e temporalmente, favorecendo uma evolução contínua em seu desenvolvimento. Para acompanhar esse progresso individual, é imprescindível que o educador realize avaliações constantes do currículo aplicado ao longo do processo de ensino-aprendizagem, ajustando as práticas conforme as necessidades específicas de cada aluno.

Partindo do pressuposto de que diversos métodos têm sido propostos para promover uma aprendizagem significativa em crianças com autismo, é fundamental que os profissionais envolvidos em sua educação compreendam suas necessidades reais. Dessa forma, será possível selecionar e aplicar estratégias pedagógicas adequadas, garantindo a efetiva construção do conhecimento e a promoção de uma inclusão genuína.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para que esse estudo se consolidasse, foi desenvolvida uma abordagem de pesquisa qualitativa. De acordo com Chizzotti (2001, p. 52), a abordagem qualitativa fundamenta-se “em dados coligidos nas interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que este dá aos seus atos. O pesquisador participa, compreende e interpreta”.

Teve como método o estudo de caso. Segundo Goldenberg (2011, p. 33) “O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos”.

A pesquisa também se percebe com caráter exploratório, que segundo Piovesan (1995, p.321), “tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto em que ela se insere. Pressupõe-se que o comportamento humano é mais bem compreendido no contexto social onde ocorre”.

A coleta de dados, realizada por meio de entrevistas, ocorreu entre os meses de abril a junho de 2024 em uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) da rede pública de ensino, localizada no Jardim Jacarandás no município de Sinop, e contou com a participação de 2 professoras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando questionadas as professoras acerca de suas compreensões sobre inclusão e sobre a inclusão de crianças com TEA, destaco os seguintes apontamentos:

(01) Professora 2: Primeiro temos que ter a compreensão sobre o que de fato é a inclusão, porque muitos consideram a inclusão pensada apenas em deficiências, transtornos, e não na questão da educação especial em si, a inclusão de fato vai muito além [...]. A inclusão ela vai muito além da educação especial, a educação especial é um dos tipos de inclusão dentro do processo educativo. Que exista a inclusão de fato para as crianças com TEA que serão inclusas na escola, que elas não estejam lá somente participando [...].

(02) Professora 3: Para mim, inclusão é você deixar com que o espaço seja apropriado, deixar fazer com que a aprendizagem seja adequada para aquela criança [...]. Você tirar a criança da sala de aula quando ela precisa de um tempo e depois colocar ela de novo. Então são essas mediações, e depende do suporte de cada um.

O entendimento das professoras demonstra o quanto compreendem sobre o processo de inclusão e a inclusão de crianças com TEA, em consonância com Mantoan (2004), que descreve sobre educação inclusiva:

[...] é fruto de uma educação plural, democrática e transgressora, haja vista que a mesma gera uma crise escolar, ou seja, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja redefinida a identidade do aluno. Deste modo, a educação para todos tem como objetivo desempenhar seu dever de abranger todas as crianças na escola e defender valores como ética, justiça e direito de acesso ao saber e à formação (Mantoan, 2004, p. 45).

A educação inclusiva é uma concepção de ensino contemporânea que tem como finalidade a garantia dos direitos de todos à educação, onde todos tenham acesso de forma igualitária a oportunidades com base na valorização das diferenças humanas, assegurando acesso a participação e a aprendizagem de todos.

Para dar continuidade à investigação, procurou-se saber: Você tem alunos com TEA em sua turma? Caso afirmativo, eles possuem laudo? Se não houver alunos com TEA neste ano, já houve em anos anteriores?

(03) Professora 2: Esse ano não tenho crianças com laudo, mas algumas suspeitas que estão em análise.

(04) Professora 3: Esse ano eu não tenho, mas tive o ano passado, e ele recebeu o laudo no decorrer do ano.

Conforme Cunha (2013), pode haver diagnósticos médicos abarcando quadros comportamentais diferentes. Isto porque o autismo varia em grau de intensidade e de incidência dos sintomas. Tal heterogeneidade tem levado a revisão das diretrizes para o seu diagnóstico.

Destarte o exposto, para o diagnóstico do autismo, possibilita-se uma série de testes, sendo o diagnóstico prioritariamente clínico. Além de que, para um diagnóstico adequado, há que se ter uma equipe multidisciplinar experiente e informações coletadas por todos que fazem parte da rotina e convívio da criança, principalmente os familiares, os cuidadores e os professores na escola. (Loureiro, 2019, p. 4)

Ou seja, o médico deverá avaliar o desenvolvimento, as habilidades do paciente, a comunicação, dentre outros fatores. Vale salientar que cada criança autista apresenta uma dificuldade e uma habilidade diferente da outra, portanto, é necessária uma análise por uma equipe multiprofissional. Por isso a importância de uma avaliação médica assertiva, para que a criança possua laudo e tenha acesso a todos os seus direitos dentro das instituições de ensino.

Neste viés é necessário saber: Se, em cenários de crianças laudadas, o acompanhamento se faz existente?

(05) Professora 2: Sim, porém no município de Sinop, nós temos um acompanhante que não tem a formação necessária que a lei diz que deve ter, mas atualmente está bem melhor do que já foi um dia. Em alguns casos o acompanhante atende até 3 crianças por sala, dependendo qual é o nível de suporte.

(06) Professora 3: No começo do ano não, mas após receber o laudo passa a ter acompanhante.

A Lei nº 12.764/12, no seu Art. 2º, assegura que “em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista, incluída nas classes comuns de ensino regular, terá direito a acompanhante especializado” (Brasil, 2012, Art. 2º).

Não obstante, Cunha (2014) fortalece a importância do acompanhamento especializado, quando destaca:

Enquanto o aluno com autismo não adquire a autonomia necessária, é importante que ele permaneça sob o auxílio de um profissional capacitado ou um psicopedagogo para que dê suporte ao professor em sala de aula. Na escola inclusiva, é demasiadamente difícil para um único educador atender a uma classe inteira com diferentes níveis educacionais e, ainda, propiciar uma educação inclusiva adequada. Tudo o que for construído no ambiente escolar deverá possuir o gene da qualidade (Cunha, 2014, p. 55).

Neste sentido têm-se a importância do acompanhamento, uma vez que age diretamente na inclusão em sala de aula, auxiliando os docentes a realizar as adaptações necessárias para obter êxito no planejamento a ser executado.

Quando questionadas sobre como desenvolvem as atividades propostas dentro da sala regular, as professoras responderam da seguinte maneira:

(07) Professora 2: Com a experiência que eu tive não precisava fazer atividades diferenciadas para eles, porque a questão cognitiva deles para o acompanhamento era perfeita. Mas quando há a necessidade são feitas atividades que estimulem outros sentidos, como livros, recortes.

(08) Professora 3: Pedagogicamente, ele desenvolvia bem as atividades, a dificuldade mesmo nele era de interação.

As respostas obtidas foram de que com as experiências recentes não foram necessárias adaptações nas atividades, mas caso seja necessário são planejadas com ênfase no desenvolvimento da criança. Na perspectiva de Garcia (2005, p. 36), a prática pedagógica docente é constituída por um

“[...] conjunto de ações, posturas e práticas didáticas do professor envolvidas no planejamento, desenvolvimento e avaliação de sua ação docente junto a seus alunos, em sala de aula”.

Contudo, por meio das adequações curriculares, é fundamental promover o desenvolvimento de competências e habilidades nas crianças, visando favorecer o processo inclusivo. Além disso, é essencial estimular nelas estratégias de aprendizagem que contribuam para o alcance de objetivos específicos.

Na sequência, foi realizada a seguinte pergunta: quais são as práticas que você utiliza para incluir as crianças com TEA na sala de aula?

(09) Professora 2: Um acompanhamento mais próximo para algumas orientações e quando necessário atividades diferentes, dependendo da necessidade de cada criança.

(10) Professora 3: Atividades diferentes para melhorar a interação com os demais, e na parte pedagógica ele teve dificuldade quando comecei a introduzir o alfabeto, devido a coordenação motora fina que não estava completamente desenvolvida, mas fui fazendo ajustes como um quadro grande para ele poder escrever por um tempo, depois ir passando para o caderno e no final do ano ele já conseguia escrever certinho nas linhas do caderno.

Observa-se que as professoras demonstram compreensão acerca da importância do trabalho inclusivo, relatando a adoção de atividades diversificadas e um acompanhamento mais próximo quando necessário, sem, contudo, deixar de valorizar a participação em atividades grupais.

Segundo Riviére (1995), para cada uma das atividades educativas há objetivos, incluindo conteúdos específicos que devem ser trabalhados com alunos com TEA. O autor afirma que o aluno com TEA é capaz de realizar as mesmas atividades educativas que os outros alunos, as quais tenham os mesmos objetivos gerais. Sendo assim, o processo inclusivo está sendo feito de forma coerente pelas professoras, diante das práticas pedagógicas aplicadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados encontrados no desenvolvimento desse estudo, destaca-se a importância da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil, ressaltando que essa inclusão vai além da simples presença em sala de aula, sendo fundamental promover a aprendizagem e o desenvolvimento das capacidades dessas crianças por meio de práticas pedagógicas adaptadas e diversificadas. Observou-se que o processo de inclusão nas escolas regulares ainda ocorre de forma gradual, sendo necessário superar desafios para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

Posto isso, conclui-se que promover adaptações nas metodologias pedagógicas é essencial para garantir a inclusão e facilitar a adaptação das crianças no ambiente escolar. Além disso, enfatiza-se a relevância do comprometimento dos professores na adoção de práticas pedagógicas diversificadas, que favoreçam a aprendizagem e auxiliem na superação das dificuldades educacionais.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5. Washington, DC: American *Psychiatric Association*, 2013. Disponível em: [https://repository.poltekkeskaltim.ac.id/657/1/Diagnostic%20and%20statistical%20manual%20of%20mental%20disorders%20-%20DSM5%20\(%20PDFDrive.com%20\).pdf](https://repository.poltekkeskaltim.ac.id/657/1/Diagnostic%20and%20statistical%20manual%20of%20mental%20disorders%20-%20DSM5%20(%20PDFDrive.com%20).pdf). Acesso em: 6 maio 2024.
- ANDRADE, Camila Pereira Santos. A criança com tea e o seu processo de ensino-aprendizagem. *Eventos Pedagógicos*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 1020–1029, 2024. DOI: 10.30681/rep.v15i3.13171. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/13171>. Acesso em: 2 mar. 2025.
- BOSA, C. A. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, C.; BOSA, C. A. (org.). *Autismo e educação: atuais desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 22-39.
- BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Resolução de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.
- CAPELLINI, Vera L. M. F. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns: avaliação do rendimento acadêmico. 2001. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.
- LOUREIRO, Adriana Auzier. Transtorno do Espectro do Autismo. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775c-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.
- CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5ª edição. Cortez Editora; São Paulo, 2001.
- CUNHA, E. Autismo e inclusão: Psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2014.
- CUNHA, E. Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. 2. ed. RJ: Wak Editora, 2013.
- GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>. Acesso em: 22 abril. 2025.
- KHOURY, L. P. *et al.* Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar: guia de orientação a professores [livro eletrônico]. São Paulo: Memnon, 2014.

LOPES, Pedro Borba. Educação Inclusiva: princípios, desafios e práticas. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 2797–2800, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i1.18025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18025>. Acesso em: 15 maio 2025.

MANTOAN, M. T. E. A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 2004.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

PEREIRA, Amanda Mendes et al. A importância da rotina e da previsibilidade para a aprendizagem de crianças e adolescentes com tea, CONEDU, 9, João Pessoa, 2023. [Anais eletrônicos...]. Realize Editora: Campina Grande, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/100060>. Acesso em: 15 maio 2025.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 318-325, ago. 1995.

RIVIÈRE, A. O desenvolvimento e a educação da criança autista. In: COLL; J. PALACIOS; A. MARCHESI. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar, v.3. Porto Alegre: Artes médicas, 1995.

SILVA. A. B. B.; GAIATO. M. B; REVELES. L. T. Mundo Singular: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.

Recebido em: 6 de junho de 2025.

Aprovado em: 21 de junho de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.30681/revs.v16i1.13928>

ⁱ Érica Aparecida Gomes de Queiroz. Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Câmpus Universitário de Sinop, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN), semestre 2025/1. Sinop, Mato Grosso, Brasil.

Curriculum Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5513435320560363>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5171-6043>

E-mail: erica.queiroz@unemat.br